

Quadro informativo



Pregão Eletrônico Nº 90016/2025 (SRP) [\(Lei 14.133/2021\)](#)

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA 

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto** Modo disputa: **Aberto/Fechado**



Contratação em período de cadastramento de proposta 

- Avisos (0)
- Impugnações (0)
- Esclarecimentos (1)**

22/10/2025 09:02



PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

PERGUNTA Nº 1:

1. Referente aos certificados em nuvem, itens 3 e 6. Entendemos que os mesmos deverão ser instalados em um HSM (Hardware Security Module) de uma AC(Autoridade Certificadora) onde é um certificado digital que não é armazenado em um dispositivo físico como token ou cartão, mas sim em um servidor criptografado e seguro, está correto o entendimento?

PERGUNTA Nº 2:

2. Referente a qualificação técnica, será necessário comprovar o fornecimento de certificados JUS? Não verificamos a exigência de atestados de capacidade técnica, tal solicitação é de extrema importância para comprovar a qualificação das empresas participantes, não gerando problemas futuros com entregas.



RESPOSTAS AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

RESPOSTA: AO ITEM Nº 1: Resp - Sim, está correto: Os certificados em nuvem dos itens 3 e 6 devem ser armazenados em infraestrutura segura com HSM de AC credenciada pela ICP-Brasil.

Mas atenção: Para o item 3 (e-CPF), a AC deve ser especificamente da cadeia AC JUS e atender ao normativo Cert-JUS.

RESPOSTA AO ITEM Nº 2:

Resp - . A "Qualificação Técnica" está implícita no credenciamento perante a ICP-Brasil.

O TR torna obrigatório, para os itens 1, 2 e 3, que o certificado seja emitido por uma AC da cadeia AC JUS. Portanto, a simples comprovação de que a licitante é:

Uma das ACs listadas (AC CERTISIGN JUS, AC SAFEWEB JUS, etc.), OU

Uma AR credenciada por uma dessas ACs JUS.

Ainda quanto à não exigência de atestados de capacidade técnica para o objeto deste pregão, fazemos os seguintes esclarecimentos: Quanto ao atestado de qualificação técnica para aquisição de bens, pontuamos que o art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021 não estabelece exigências de qualificação técnica para o caso de contratações cujo objeto seja a aquisição de bens, tratando o dispositivo legal apenas das exigências técnicas relativas às obras e serviços.

Assim, em caso de previsão de qualificação técnica para fornecimento de bens, é necessário que haja uma justificativa diante das características e complexidade do objeto licitado, ou seja, confirmar se o atestado é indispensável para avaliar a capacidade de cumprimento da obrigação referente ao objeto licitado.

Senhor licitante, ressaltamos que o art. 67, da Lei nº 14.133, de 2021, não estabelece exigências de qualificação técnico-operacional ou técnico-profissional para o caso de contratações cujo objeto seja a aquisição de bens, tratando o dispositivo legal apenas das exigências pertinentes às obras e serviços. A nova lei reforça a necessidade de proporcionalidade nas exigências, garantindo que os critérios sejam razoáveis e adequados ao objeto licitado. O Tribunal de Contas da União (TCU) sublinha que essas exigências devem promover ampla concorrência, evitando barreiras injustificadas.

Por derradeiro, informo que este pedido de esclarecimento e a resposta do pregoeiro serão publicados no Portal de Compras, no campo específico do Pregão, bem como no Portal da Transparência deste Tribunal. Portanto, senhor licitante, peço-lhe que continue acompanhando os informes nos campos específicos.

Lúcio Roberto De Oliveira



Incluir esclarecimento





Quadro informativo

Pregão Eletrônico N° 90016/2025 (SRP) [\(Lei 14.133/2021\)](#)

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto** Modo disputa: **Aberto/Fechado**



- Avisos (0)
- Impugnações (0)
- Esclarecimentos (2)**

24/10/2025 14:10



PEDIDO DE ESCLARECIMENTO NR 1
PERGUNTAS:

NR 1) Quanto a discriminação de impostos na nota fiscal a Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023 obriga os órgãos realizarem as retenções e precisamos demonstrar esses percentuais/valores nas notas fiscais;
PERGUNTA Nº 2:

2) Ainda sobre emissão de NF, com base definição de certificação digital do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e estudo efetuado pelo departamento fiscal e jurídico, informamos que a empresa utiliza para suas notas fiscais de serviço o CNAE 6319-4/00 C/C item 1.03 (por ser uma AR). Gostaríamos de confirmar se para atender ao órgão será necessário código diverso ou poderíamos manter o mesmo, regra geral?;

PERGUNTA Nº 3: 3) Pode a contratada usar para apuração do serviço a ser faturado os vouchers utilizados em um período de 01 à 30 de determinado mês, e realizar a emissão da nota fiscal no mês seguinte?;
PERGUNTA Nº 4: 4) Entendemos que a Contratada deverá ser uma Autoridade de Registro vinculada à Autorida de Certificadora, ou ela mesma ser uma Autoridade Certificadora, integrante da cadeia AC-JUS e emitir os certificados conforme definido no normativo Leiaute dos Certificados Cert-JUS, pois, caso a contratada não estiver credenciadas, ela fará subcontratação. Está correto o nosso entendimento?;
PERGUNTA Nº 5: 5) Como será o suporte técnico e garantias dos produtos/serviços?;
PERGUNTA Nº 6: 6) Qual e-mail devemos enviar as NFs?
PERGUNTA Nº 7: 7) Entendemos que a entrega será preferencialmente remotamente, e por posto de atendimento na capita da Bahia (Salvador) e que caso não tenha posto de atendimento será necessário vista técnica sem custos a contratante, está correto o entendimento?



PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS NR 01 - RESPOSTAS:
RESPOSTA: NR: 1

Quanto à primeira questão a empresa indaga " ... se no município existe norma específica sobre percentual e discriminação de impostos nas notas fiscais, ou a norma geral será aceita em momento contratual?".
Informamos que, s.m.j., quanto aos tributos federais, a empresa deverá atender as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 16 de janeiro de 2012, dentre as quais destacamos o dever de " ... informar no documento fiscal o valor do IR e das contribuições a serem retidos na operação.", conforme § 6º, art. 2º, da citada instrução normativa. Quanto à tributação municipal, obviamente, deverá observar o Código Tributário do município no qual o tributo da operação for devido, sendo responsabilidade da empresa o conhecimento da legislação a qual está sujeita. Em todo caso, é necessário o destaque do tributo no documento fiscal e informação no mesmo, com a devida fundamentação legal, caso a empresa seja beneficiária de tratamento tributário especial, sob pena de, se não o fizer, sujeitar-se à retenção sobre o valor total do documento fiscal e no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço, nos termos da legislação tributária;
RESPOSTA NR 2:

Quanto à segunda indagação, neste momento, entendemos que o item mais apropriado da Lista de serviços anexa Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, seria o item 1.05 (Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação), porém frisamos que a responsabilidade de emissão de nota fiscal, conforme ditames legais, é de quem emite o documento fiscal, inclusive caso haja mudança na legislação tributária que alcance os serviços contratados sob a égide de outra norma e se houver necessidade de inclusão de CNAE específico (Código e Descrição das Atividades Econômicas Secundárias) que contemple a contratação;
RESPOSTA NR 3:



> [Quadro informativo](#) > [Pregão Eletrônico : UASG 70013 - N° 90016/2025 \(SRP\)](#) [\(Lei 14.133/2021\)](#)

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA-6.1. alinea g), aqui transcrito in verbis, do Termo de Referência, Anexo A, do edital:
6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
6.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:
g) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo se autorizado neste Termo de Referência;
RESPOSTA AO ITEM Nº 5:
No Tópico 2 do Anexo A consta:
2. O token criptográfico deverá ser totalmente compatível com as especificações do certificado digital do tipo A3, e deverá:
(...)
ter suporte à tecnologia de chaves pública / privada (PKI), com geração onboard do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits;
.RESPOSTA NR 6: protocolo@tre-ba.jus.br;
RESPOSTA NR 7: SIM
Por derradeiro, informo que este pedido de esclarecimento e a resposta do pregoeiro serão publicados no Portal de Compras, no campo específico do Pregão, bem como no Portal da Transparência deste Tribunal. Portanto, senhor licitante, peço-lhe que continue acompanhando os informes nos campos específicos. Favor, confirmar o recebimento e leitura deste e-mail.
Atenciosamente,
Lúcio Roberto De Oliveira
PREGOEIRO DO TRE-BA
FONE: 071 3373 7084

22/10/2025 09:02



PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:



RESPOSTAS AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:



Incluir esclarecimento

